



GT 43. Etnografias da deficiência

Coordenador(es):

Adriana Abreu Magalhães Dias (UNICAMP)

Fagner Carniel (UEM - Universidade Estadual de Maringá)

Sessão 1 - Objetivações Corporalizadas e Deslocamentos Epistêmicos

Debatedor/a: Pedro Lopes (ESCOLA DA CIDADE - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)

Sessão 2 - Movimentações e mutações no ativismo da Deficiência

Debatedor/a: Nádia Elisa Meinerz (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

Sessão 3 - Limites e Impasses nas Políticas Públicas

Debatedor/a: Natan Monsores de Sá (UNB - Universidade de Brasília)

O presente GT apresenta a temática da deficiência como uma experiência multidimensional e impulsionadora de inúmeros desafios de análise, e aceitaremos trabalhos sobre as relações entre deficiência e doenças raras e temas como classe, gênero, raça, ciclo de vida, condição de trabalho, cuidado, vida autônoma e interdições, de modo a refletir as variadas "narrativas da deficiência" e processos classificatórios. Serão, ainda, aceitos trabalhos sobre movimentos por políticas públicas para pessoas com deficiência e doenças raras nos temas de mercado de trabalho, educação, saúde, assistência social, serviços de apoio, incluindo assistentes pessoais, intérpretes de língua de sinais, entre outros. Gostaríamos, ainda, de receber reflexões sobre algumas provocações: a primeira se detém na discussão se a deficiência deve ser apenas objeto de estudo da Antropologia, ou sujeito dela. Privilegia-se nesse debate os trabalhos de pesquisadores/as com deficiência e/ou suas experiências de campo. A segunda refere-se à questão do desejo, seminal para enfrentar a negatividade histórica em torno do tema, haja vista a potência perturbadora, desestabilizadora e agitadora da categoria deficiência para a pesquisa e produção teórica. A terceira provocação diz respeito à questão Ontológica, e as relações entre o tema e outros como animais (ex. equoterapia, cães de trabalho e suporte), objetos (cadeiras de rodas, bengalas, pulmões de aço), tecnologias (fala computadorizada, smartphones), linguagens.

Responsabilização Familiar e políticas de autonomia: pensando as práticas de cuidado para adultos com deficiência intelectual

Autoria: Helena Moura Fietz (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

No Brasil, as leis e políticas voltadas a pessoas com deficiência - assim como as para idosos e "usuários" da rede de saúde mental - privilegiam medidas que desenvolvam a autonomia e independência destas populações, bem como visam promover a inclusão e participação na família e na comunidade. Após anos de políticas que promoveram a institucionalização dos "loucos, idiotas e inúteis", percebe-se um movimento de "reprivatização do cuidado" para adultos que necessitam de assistência nas atividades da vida cotidiana. Um processo em que o cuidado informal prestado por redes familiares e comunitárias ou até mesmo o atendimento formal prestado por organizações privadas é priorizado em detrimento de redes públicas. Com o objetivo de compreender melhor a lacuna entre os direitos garantidos por lei e as experiências cotidianas de cuidar de um filho adulto com deficiência, de 2014 a 2017, conduzi uma pesquisa etnográfica com Jurema e seu filho Jair. Quando nos conhecemos, Jair estava morando nas ruas de Porto Alegre após anos cumprindo pena em um presídio e depois institucionalizado em um manicômio judiciário. Apesar de encontrar Jair duas vezes por semana para lhe dar dinheiro, roupas e comida, a maioria das pessoas ainda via Jurema como uma



"mãe má" por "deixar" seu filho morar nas ruas. Com base em nossos muitos encontros e concentrando a narrativa etnográfica no período em que Jair esteve internado em um hospital público da cidade de Porto Alegre em decorrência de uma insuficiência renal, parto da Ética Empírica do cuidado proposta de Jeannette Pols (2014) para analisar como a premissa de que não há cuidado melhor do que o prestado pela família informa as políticas brasileiras de atendimento a adultos dependentes. A trajetória de Jair, marcada por sucessivas institucionalizações e falta de moradia, demonstra como as políticas de autonomia dependem das infra-estruturas de cuidado para serem implementadas. Nesse contexto, a auto-responsabilização pelo bem-estar se estende à uma responsabilização familiar que não apenas está presente como é também reforçada nos serviços públicos de saúde.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: